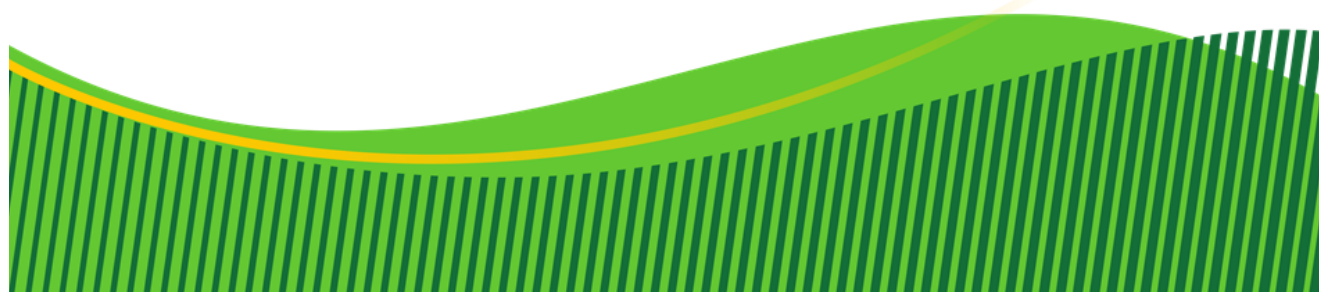


Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso
PR/SP
Toledo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 12 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	22.814	24.573
Carteira de Crédito *	208.923	210.851
Depósitos	183.569	232.271
Patrimônio Líquido	83.648	79.045
Capital	38.505	47.065
Resultado Antes das Destinações	11.320	11.344
Rentabilidade do PL	13,53%	14,35%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	319.915	261.859	CIRCULANTE	143.074	126.438
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.293	4.194	DEPÓSITOS (NOTA 11)	61.173	58.787
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	143.902	110.380	Depósitos à Vista	47.245	39.737
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	25	Depósitos a Prazo	13.928	19.050
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	-	36	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	56.952	46.290
Correspondentes no país	253	225	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	6	303
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	143.648	110.094	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	56.946	45.987
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	151.664	131.204	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	442	568
Operações de Crédito	160.114	137.329	Recursos em Trânsito de Terceiros	442	568
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.450)	(6.125)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	3.910	4.553
OUTROS CRÉDITOS	14.909	11.608	Empréstimos País - Outras Instituições	3.910	4.553
Créditos por Avals e Fianças Honrados	796	103	OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.597	16.240
Rendas a Receber	1.011	1.588	Cobrança e Arrecadação de Tributos	69	52
Diversos (NOTA 07)	13.602	10.062	Sociais e Estatutárias	1.830	1.379
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(500)	(145)	Fiscais e Previdenciárias	617	487
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.147	4.473	Diversas (NOTA 14)	18.081	14.322
Outros Valores e Bens	4.136	4.333			
(Provisão para desvalorização)	(6)	(6)			
Despesas Antecipadas	17	146			
NÃO CIRCULANTE	84.029	65.643	NÃO CIRCULANTE	181.825	133.639
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	62.026	47.952	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	181.825	133.639
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.670	1.711	DEPÓSITOS (NOTA 11)	171.098	122.288
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.670	1.711	Depósitos a Prazo	171.098	122.288
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	59.188	44.985	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.325	4.280
Operações de Crédito	65.838	50.518	Repasse Interfinanceiros	4.325	4.280
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.650)	(5.533)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	6.402	7.071
OUTROS CRÉDITOS	1.168	1.256	Diversas	6.402	7.071
Diversos (NOTA 07)	1.191	1.256			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(23)	-			
PERMANENTE	22.003	17.691	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.045	67.425
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.376	10.654	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	47.065	40.562
Outros Investimentos	12.376	10.654	De Domiciliados no País	49.230	42.041
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	6.541	4.385	(Capital a Realizar)	(2.165)	(1.479)
Imóveis de Uso	12	12	RESERVAS DE SOBRAS	29.903	25.007
Outras Imobilizações de Uso	10.297	7.747	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.077	1.856
(Depreciação acumulada)	(3.768)	(3.374)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.086	2.652			
Outros Ativos Intangíveis	5.256	4.360			
(Amortização acumulada)	(2.170)	(1.708)			
TOTAL DO ATIVO	403.944	327.502	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	403.944	327.502

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.748	-	28.748	53.744	-	53.744	43.477	2	43.479
Operações de Crédito	28.511	-	28.511	53.272	-	53.272	43.465	2	43.467
Resultado Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	231	-	231	464	-	464	7	-	7
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	8	-	8	5	-	5
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.757)	(235)	(17.992)	(37.420)	(403)	(37.823)	(25.847)	(342)	(26.189)
Operações de Captação no Mercado	(11.093)	(14)	(11.107)	(21.106)	(23)	(21.129)	(13.927)	(18)	(13.945)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.708)	(221)	(2.929)	(5.421)	(380)	(5.801)	(4.316)	(324)	(4.640)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.956)	-	(3.956)	(10.893)	-	(10.893)	(7.604)	-	(7.604)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.991	(235)	10.756	16.324	(403)	15.921	17.630	(340)	17.290
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.517)	1.599	(2.918)	(7.757)	2.963	(4.794)	(9.756)	3.005	(6.751)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.571	3.136	5.707	4.799	5.764	10.563	3.505	4.399	7.904
Rendas de Tarifas Bancárias	1.810	-	1.810	3.369	-	3.369	2.371	-	2.371
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.914)	(728)	(9.642)	(16.451)	(1.161)	(17.612)	(13.647)	(1.020)	(14.667)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(5.995)	(777)	(6.772)	(11.951)	(1.356)	(13.307)	(10.018)	(1.321)	(11.339)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(31)	(159)	(190)	(68)	(292)	(360)	(64)	(225)	(289)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	13.653	401	14.054	24.419	454	24.873	14.752	1.575	16.327
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(7.611)	(274)	(7.885)	(11.874)	(446)	(12.320)	(6.655)	(403)	(7.058)
RESULTADO OPERACIONAL	6.474	1.364	7.838	8.567	2.560	11.127	7.874	2.665	10.539
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	329	(20)	309	287	(70)	217	(61)	(163)	(224)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.803	1.344	8.147	8.854	2.490	11.344	7.813	2.502	10.315
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	305	305	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	177	177	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	128	128	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.803	1.649	8.452	8.854	2.490	11.344	7.813	2.502	10.315
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.490	(2.490)	-	2.502	(2.502)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.803	1.649	8.452	11.344	-	11.344	10.315	-	10.315
DESTINAÇÕES	-	-	-	(9.267)	-	(9.267)	(8.459)	-	(8.459)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.074)	-	(4.074)	(3.449)	-	(3.449)
Fates - Estatutário	-	-	-	(297)	-	(297)	(265)	-	(265)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.561)	-	(3.561)	(3.182)	-	(3.182)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.335)	-	(1.335)	(1.563)	-	(1.563)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.077	-	2.077	1.856	-	1.856

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	33.737	20.262	2.426	56.425
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.421	-	(2.421)	-
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.741	-	-	2.741
Baixas de capital	(1.700)	-	-	(1.700)
Resultado do período	-	-	10.315	10.315
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(265)	(265)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.182	(3.182)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.363	-	(3.449)	(86)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.563	(1.563)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	40.562	25.007	1.856	67.425
Mutações do Período	6.825	4.745	(570)	11.000
Saldos no início do período em 01/01/2016	40.562	25.007	1.856	67.425
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.845	-	(1.845)	-
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.418	-	-	3.418
Baixas de capital	(2.701)	-	-	(2.701)
Resultado do período	-	-	11.344	11.344
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(297)	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.561	(3.561)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.941	-	(4.074)	(133)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.335	(1.335)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	47.065	29.903	2.077	79.045
Mutações do Período	6.503	4.896	221	11.620
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	43.065	25.007	2.892	70.964
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.771	-	-	1.771
Baixas de capital	(1.712)	-	-	(1.712)
Resultado do período	-	-	8.452	8.452
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(297)	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.561	(3.561)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.941	-	(4.074)	(133)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.335	(1.335)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	47.065	29.903	2.077	79.045
Mutações do Período	4.000	4.896	(815)	8.081

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.171	16.257	11.741
Resultado do semestre/exercício	8.452	11.344	10.315
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.281)	4.913	1.426
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.758)	3.442	540
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	6
Provisão para desvalorização de outros créditos	389	378	78
Depreciação do imobilizado de uso	486	904	668
Amortização do intangível	251	462	393
Baixas do ativo permanente	117	127	64
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(178)	(209)	163
Destinações ao FATES	(297)	(297)	(265)
Dividendos SicrediPar	(291)	106	(221)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(18.516)	23.628	28.585
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.646	41	(1.711)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.023	24	(13)
Redução em créditos vinculados	183	36	29
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	14	(28)	12
(Aumento) em operações de crédito	(10.827)	(38.105)	(17.697)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.075)	10.707	4.342
(Aumento) em outros créditos	(2.772)	(3.697)	(2.815)
Redução em outros valores e bens	550	326	1.408
Aumento (Redução) em depósitos	(15.704)	51.196	42.390
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	6	(126)	238
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	217	(643)	131
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(265)	(346)
Aumento em outras obrigações	4.223	4.162	2.617
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(11.345)	39.885	40.326
Aquisição de Investimentos	-	(1.722)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.673)	(3.187)	(2.436)
Aplicações no Intangível	(173)	(896)	(1.237)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.846)	(5.805)	(3.673)
Integralização de capital	1.771	3.418	2.741
Baixa de capital	(1.712)	(2.701)	(1.700)
Juros ao capital próprio	(133)	(133)	(86)
Distribuição de Sobras	-	(11)	(5)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(74)	573	950
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(13.265)	34.653	37.603
Caixa e equivalente de caixa no início do período	162.206	114.288	76.685
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	148.941	148.941	114.288

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	261.920	(61)	261.859
OUTROS CRÉDITOS	11.669	(61)	11.608
Diversos	10.123	(61)	10.062
Ativo Não circulante	65.582	61	65.643
OUTROS CRÉDITOS	1.195	61	1.256
Diversos	1.195	61	1.256
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.751)	-	(6.751)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.051	(147)	7.904
Rendas de Tarifas Bancárias	2.224	147	2.371

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	30.296	(1.711)	28.585
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	42.037	(1.711)	40.326
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.384)	1.711	(3.673)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	5.293	4.194
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	143.648	110.094
Total	148.941	114.288

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.670	1.711
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.670	1.711
Total realizável a longo prazo	1.670	1.711

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	94.110	51.987	146.097	118.905
Financiamentos	8.224	9.404	17.628	16.375
Financiamentos rurais e agroindustriais	57.780	4.447	62.227	52.567
Carteira total	160.114	65.838	225.952	187.847

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	796	-	796	103
Devedores por compra de valores e bens	277	1.191	1.468	1.462
Títulos e créditos a receber (i)	7.723	-	7.723	5.203
Total	8.796	1.191	9.987	6.768

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	119.239	93.622	596	468
Nível B	1,00	63.181	54.410	632	544
Nível C	3,00	22.901	18.355	687	551
Nível D	10,00	12.882	11.601	1.288	1.160
Nível E	30,00	3.488	7.986	1.046	2.396
Nível F	50,00	4.593	3.305	2.296	1.653
Nível G	70,00	1.924	1.016	1.347	711
Nível H	100,00	7.731	4.320	7.731	4.320
Total (i)		235.939	194.615	15.623	11.803

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.600	21.182	27.483	31.380	82.645	66.625
Rural	388	5.040	52.352	4.447	62.227	52.567
Industrial	359	3.693	8.303	8.220	20.575	16.934
Comércio	582	19.753	13.260	13.288	46.883	40.745
Outros Serviços	745	5.344	7.825	9.695	23.609	17.744
Total	4.674	55.012	109.223	67.030	235.939	194.615

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	32.293	13,69	26.381	13,56
50 devedores seguintes	55.999	23,73	42.149	21,66
100 devedores seguintes	37.603	15,94	31.377	16,12
Demais	110.044	46,64	94.708	48,66
Total	235.939	100	194.615	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	11.803	11.185
Constituição de provisão	10.893	7.604
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.073)	(6.986)
Saldo final	15.623	11.803

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.699 (2015 - R\$ 3.248), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.030 (2015 - R\$ 12.061).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	109	109
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.726	1.235
Devedores por compra de valores e bens	277	267
Devedores por depósitos em garantia	2.462	2.147
Impostos e contribuições a compensar	391	335
Títulos e créditos a receber	7.723	5.203
Valores honrados	31	68
Cotas de consórcio	25	25
Devedores por convênios	-	1
Operações com cartões	35	34
Pendências a regularizar	78	496
Outros	745	142
Total Circulante	13.602	10.062

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	61
Devedores por compra de valores e bens	1.191	1.195
Total realizável a longo prazo	1.191	1.256

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	4.130	4.029
Imóveis	3.832	3.642
Veículos e afins	172	291
Bens em regime especial	126	96
Material em estoque	6	304
Despesas antecipadas	17	146
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(6)	(6)
Total Circulante	4.147	4.473

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 6 (2015 - R\$ 6) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.932	5.484
Sicredi Participações S.A.	6.443	5.169
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.376	10.654

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.081.080 ON	1.667.843 ON	1	1	5.931.798	5.484.125
	4.362.106 PN	3.501.195 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,64%	0,63%	0,72%	3,73%	3,55%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	6.443	5.169	1	1	5.932	5.484

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.309	(3.768)	6.541	4.385
Imobilizações em curso	-	908	-	908	627
Edificações	4%	12	(4)	8	9
Instalações	10%	3.520	(879)	2.641	1.503
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.868	(1.241)	1.627	1.231
Sistema de comunicação	10%	118	(46)	72	53
Sistema de processamento de dados	20%	2.265	(1.399)	866	684
Sistema de segurança	10%	298	(114)	184	132
Sistema de transporte	20%	320	(85)	235	146
Intangível (i)	5% a 15%	5.256	(2.170)	3.086	2.652
Investimentos Confederação		5.256	(2.170)	3.086	2.652
Total		15.565	(5.938)	9.627	7.037

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	47.245	-	-	47.245	39.737
Depósitos a prazo	8.346	5.582	171.098	185.026	141.338
Total	55.591	5.582	171.098	232.271	181.075

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	56.946	45.987
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	56.946	45.987
Total circulante	56.946	45.987
Recursos do Crédito Rural	4.325	4.280
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.325	4.280
Total exigível a longo prazo	4.325	4.280

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	3.910	4.553
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.910	4.553
Total circulante	3.910	4.553

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	798	989
Obrigações por convênios oficiais	12	12
Provisão para pagamentos a efetuar	3.522	3.206
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	210	419
Provisão para coobrigações (i)	2.335	1.966
Juros dívida subordinada (ii)	659	-
Pendências a regularizar	42	412
Operações com cartões	7.389	4.845
Demais fornecedores	540	414
Credores diversos	2.574	2.059
Total circulante	18.081	14.322
Principal dívida subordinada (ii)	6.402	7.071
Total exigível a longo prazo	6.402	7.071

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	356	125	(277)	204
Cível	63	6	(63)	6
Total	419	131	(340)	210

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	204	356
Cível	Provável	6	63
Total		210	419

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 109; R\$ 204 e R\$ 3.188 (2015 - R\$ 115, R\$ 148 e R\$ 3.188), respectivamente.

Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 5001030-85.2010.4.04.7016. O processo encontra-se em fase de execução fiscal tramitando no STJ para apreciação de Recurso Especial, e atinge o valor de R\$ 537, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

Em fevereiro de 2011 foi aberto a Ação Anulatória de nº 5000145-37.2011.4.04.7016 no valor de R\$ 2.038, pedindo a anulação de débitos decorrentes da CPMF.O TRF4 entendeu que, embora sendo caso de responsabilidade tributária, os valores não poderiam ser compensados, por se tratar de débitos de terceiros. Em sede de Embargos de Declaração, foi alegado que, sendo responsabilidade tributário, o débito é próprio e, por isso, passível de compensação. Portanto, a questão ainda depende desta análise e posterior julgamento pelo STJ em Recurso Especial, por este motivo a ação foi classificada como possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	47.065	40.562
Total de associados	24.573	20.695

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.503 (2015 – R\$ 6.825), sendo R\$ 5.786 (2015 – R\$ 5.784) via integralização de resultados e R\$ 3.418 (2015 – R\$ 2.741), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.701 (2015 – R\$ 1.700).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.074, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	11.344	10.315
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.764)	(4.332)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	14	45
Provisão de PPR	21	30
Receita com atos cooperativos	3.719	3.125
Juros sobre o capital próprio	1.711	1.380
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	217
Outros	(701)	(465)
Subtotal	4.764	4.332
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.670	1.711
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	143.648	110.094
Outros Créditos - Rendas a receber	613	1.058
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.949	1.332
Investimentos (Nota 09)	12.376	10.654
Intangível (Nota 10)	3.086	2.652
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	61.271	50.267
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.910	4.553
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.252	4.928
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	7.061	7.071
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	464	7
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.821	76
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	19.873	13.369
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.800	4.640
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	726	507
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	5.161	4.836

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	96	0,20%	49
Depósitos a prazo	1.306	0,71%	870
Operações de crédito	2.580	1,14%	246

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.094	1.569

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	994	835
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	19.064	12.334
Reversão de provisões operacionais	4.077	1.058
Outras rendas operacionais	738	2.100
Total	24.873	16.327

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.993	270
Contribuição O.C.E.	260	61
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	515	411
Contribuição Confederação Sicredi	3.447	3.400
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	701	564
Contribuição Sureg	8	116
Encargos da administração financeira	104	82
Repasse Administradora de Cartões	378	254
Outras provisões operacionais	3.327	444
Outras despesas operacionais	1.587	1.456
Total	12.320	7.058

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 13.307 (2015 - R\$ 11.339), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	129.542	114.203
Coobrigações em cessões de crédito	-	44
Total	129.542	114.247

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	77.618	66.742
Capital principal - CP	77.618	66.742
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	29.903	25.007
Lucros acumulados	2.077	1.856
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.427	683
	-	-
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	5.648	7.071
Ativo classificado como dívida subordinada	5.648	7.071
Total do capital qualificado	83.267	73.813
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	42.841	38.433
Índice sobre o PR considerando a RBAN	20,56%	21,46%
Situação para o limite de imobilização	8.201	6.354
Índice de imobilização (limite 50%)	9,85%	8,61%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Inácio Cattani
Diretor Executivo
CPF: 441.843.529-87

Alexandre Luiz Franco
Diretor de Operações
CPF: 039.683.299-70

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72